

## Pela anulação imediata dos cortes nas vagas do ensino superior de Lisboa e do Porto

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

No passado dia 16 de maio, o Sr. Ministro da Ciência divulgou que o governo vai cortar 1.100 vagas no ensino superior público em Lisboa e no Porto. Mais, em entrevista à TSF o Sr. Ministro fez questão de frisar que para o ano letivo 2019/20 é expectável que ocorra um corte de igual dimensão.

A medida é altamente lesiva para um elevado número de famílias. 1.100 famílias das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, para ser exato. Trata-se de 1.100 alunos que são obrigados a deslocalizar-se e a assumir encargos mensais (para além das propinas) superiores a 500€/mês o que, como bem saberá, está ao alcance de poucos.

Para além da questão dos custos, o ensino superior fora das áreas metropolitanas não tem, regra geral, a mesma qualidade, pelo que a medida, na realidade, condena estas famílias a “pagar mais por menos”.

Menos ainda se percebe o alcance da medida tendo em consideração que: 1) não há qualquer alteração a curto prazo da capacidade de alojamento universitário; 2) em algumas regiões do interior, o número de estudantes vai provocar pressões ao nível do alojamento particular e; 3) de acordo com os dados do próprio ministério, os estabelecimentos de ensino superior do interior do país são já os que têm a maior percentagem de alunos deslocados (mais de 60% nas Beiras e Serra da Estrela, Douro, Trás-os-Montes, Beira Baixa e Alentejo Central vs. 30% na AM Lisboa e 35% na AM Porto).

Por fim, a redução de vagas vai levar a um aumento das médias de acesso ao ensino superior público, agravando as dificuldades de acesso a cursos que já tinham poucas vagas à partida com médias de entrada superiores aos 17 valores.

Trata-se de uma medida extremamente injusta, regressiva do ponto de vista social, que condena estas 2.200 famílias a aumentos brutais dos seus encargos familiares a uma muito provável diminuição da qualidade do ensino ministrado aos seus educandos, atirando uma percentagem desconhecida destes estudantes para o setor privado (porque é, de facto, mais baixa a mensalidade de uma universidade privada do que pagar alojamento) ou mesmo para fora do ensino superior.

Neste sentido, os subscritores desta petição vêm solicitar ao governo e o ministro da ciência, tecnologia e ensino superior a anulação imediata desta medida.